

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

**BRASIL E CHINA NESTE INÍCIO DE SÉCULO, DO PREDOMÍNIO DAS RELAÇÕES
COMERCIAIS AO AVANÇO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS CHINESES NO
BRASIL**

Caio Marcelo Wolf

Prof(a).Dr(a). Angelita Matos Souza

Rio Claro (SP)

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

CAIO MARCELO WOLF

BRASIL E CHINA NESTE INÍCIO DE SÉCULO, DO
PREDOMÍNIO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS AO AVANÇO
DOS INVESTIMENTOS DIRETOS CHINESES NO BRASIL

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto
de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de
Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2018

CAIO MARCELO WOLF

BRASIL E CHINA NESTE INÍCIO DE SÉCULO, DO
PREDOMÍNIO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS AO AVANÇO
DOS INVESTIMENTOS DIRETOS CHINESES NO BRASIL

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel
em Geografia.

Comissão Examinadora

Angelita Matos Souza

Fabício Gallo

José Gilberto de Souza

Rio Claro, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

RESUMO

O objetivo foi abordar as relações Brasil-China no período correspondente aos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), a emergência chinesa e seus impactos sobre a América Latina, a ascensão econômica do gigante asiático nas últimas décadas e as relações comerciais com a América Latina, com destaque para as relações China-Brasil. Posteriormente, o foco são os investimentos diretos chineses no Brasil, que avançaram desde a eclosão da crise financeira mundial em 2008, com destaque para os investimentos no setor energético (petróleo e gás) e no setor elétrico. O trabalho foi orientado pelo interesse em refletir sobre a conexão entre as relações Brasil-China e a situação de dependência e vulnerabilidade externa do Brasil decorrentes destas relações.

Palavras-chave: Governos do PT, relações Brasil-China, dependência, novo imperialismo.

ABSTRACT

The objective was to address Brazil-China relations in the period corresponding to the governments of the Workers' Party (2003-2016), the Chinese emergency and its impacts on Latin America, the economic rise of the Asian giant in the last decades and commercial relations with the Latin America, with emphasis on China-Brazil relations. Subsequently, the focus is on direct Chinese investments in Brazil, which have advanced since the outbreak of the global financial crisis in 2008, with emphasis on investments in the energy sector (oil and gas) and the electricity sector. The work was guided by the interest in reflecting on the connection between Brazil-China relations and the situation of dependence and external vulnerability of Brazil arising from these relations.

Key words: PT Governments, Brazil-China relations, dependency, new imperialism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. DESENVOLVIMENTO	7
2.1. ANTECEDENTES E A ASCENSÃO CHINESA NETE INÍCIO DE SÉCULO.....	8
2.2. CHINA NO TABULEIRO MUNDIAL	11
2.3. CHINA E AMÉRICA LATINA.....	15
2.4. AS DIFERENTES INSERÇÕES CHINESAS NA AMÉRICA LATINA	18
2.5. PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO E COMPETIÇÃO	22
2.6. CHINA E BRASIL NA ERA LULA.....	25
2.7. DAS RELAÇÕES COMERCIAIS AO AVANÇO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS CHINESES NO BRASIL.....	31
3. CONCLUSÃO.....	39
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1. INTRODUÇÃO

Neste início de século muito se debateu sobre a nova divisão internacional do trabalho em função da ascensão econômica da China. No caso brasileiro, as relações com a China estreitaram bastante, o país asiático é hoje o principal parceiro comercial do Brasil e nos últimos anos tem expandido investimentos diretos no país, processo de estreitamento de relações em meio ao qual tem se fortalecido o papel da China como exportador de produtos industrializados e grande importador de *commodities*.

Não nos é possível afirmar se a ascensão chinesa neste início de século implica em uma transição hegemônica e declínio do poder norte-americano como defendem alguns autores como Arrighi (2008) e, em menor dimensão, Harvey (2004) ou se o “casamento China-EUA” fortalece a hegemonia norte-americana (FIORI, 2014). A ascensão chinesa e o estreitamento de relações com o Brasil têm sido encarados ao mesmo tempo como oportunidades e riscos, concentrados nos governos do partido dos trabalhadores, interessa-nos apontar que o estreitamento das relações com a China e o *boom* das *commodities* favoreceram o crescimento econômico nesses governos, mas também a especialização produtiva, segundo estudiosos, provocando mudanças na estrutura produtiva no sentido da desindustrialização e reprimarização da economia.

Quer dizer, a demanda asiática por *commodities* representou uma oportunidade aproveitada por governantes na região para adoção de políticas um tanto na contramão do receituário neoliberal ortodoxo, contudo também se traduziu em especialização da pauta exportadora e, ao menos no caso brasileiro, provavelmente em danos para políticas industriais. Certamente o pior legado desses tempos de bonança internacional, aproveitados pelos governos Lula para promover crescimento econômico, ativação do mercado interno e políticas de inclusão social - por meio de aumentos salariais e crédito ao consumo, expandindo gastos sociais e programas de transferência de renda aos mais pobres.

Por sua vez, o controle da inflação estaria diretamente relacionado à apreciação cambial, favorecendo a importação de produtos da Ásia e, assim, barateando o custo de vida dos trabalhadores e o consumo capitalista. Conforme Medeiros (2015), tanto quanto para a cesta básica como para a de bens industriais de consumo, a valorização do câmbio foi central para a contenção no custo de vida e, por conseguinte, aumento do salário real.

Entretanto, dólar baixo e juro alto afetariam a produção industrial, sendo que propostas interessantes foram formuladas no início do governo Lula, com destaque à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada no início de 2004, com foco em setores tecnológicos dinâmicos e inovadores (fármacos, medicamentos, semicondutores, softwares, biotecnologia e nanotecnologia, bens de capital). Algumas medidas do PITCE seriam implementadas nos anos seguintes e o foco nos setores tecnologicamente dinâmicos reafirmado em 2008, com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Porém, como escreveram Cano e Silva (2010), não bastam “políticas industriais explícitas”, são necessárias “políticas macroeconômicas compatíveis” a fim de se aproveitar conjunturas externas favoráveis. Neste sentido, a manutenção do tripé metas de inflação, câmbio valorizado, superávit primário e a política de juros altos inerente, num contexto internacional de elevação dos preços das *commodities*, pode ter efetivamente atropelado esforços de política industrial.

Abordamos a emergência da China e a nova divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil, supostamente, poderia vir delineando uma posição de país meramente exportador de *commodities*, caminhando para a reprimarização de sua economia. Posterior a isso, analisamos as relações sino-latino-americanas, por fim, o novo papel do Brasil sob os investimentos diretos chineses em nosso território.

2. DESENVOLVIMENTO

Buscamos analisar as relações entre Brasil e China, sobretudo no que diz respeito à situação de dependência e vulnerabilidade do Brasil, uma vez que exportamos produtos primários para a China e importamos manufaturados. Tal fato tem produzido um construtivo debate sobre as relações sino-brasileiras e se elas não estariam estimulando a desindustrialização-reprimarização da economia brasileira.

A partir das leituras realizadas, tudo indica que a desindustrialização-reprimarização tem ocorrido, tem relação com a demanda asiática por *commodities* e é preocupante. Como argumentam Sarti e Hiratuka (2017) uma queda significativa no PIB da atividade industrial sustenta a hipótese de que o Brasil caminha para uma reprimarização de sua economia. Para Carneiro (2017), até o ano de 2010, teria havido ampliação do peso dos setores de recursos primários, com o *boom* das *commodities* agrícolas e energéticas, exportadas em sua maior parte para os chineses, e a partir de 2010 se poderia falar em desindustrialização. Do ponto de vista geopolítico, acreditamos que

exista a possibilidade de reedição de formas da dependência tradicional (dominante até os anos 1930), porém que não destruiu os avanços industriais que se concretizaram no Brasil entre meados dos anos 1950 e o final dos anos 1970, quando houve o processo de industrialização por substituição de importações (SOUZA, 2017).

Baseados no estudo de Harvey (2004) sobre o novo imperialismo, acreditamos que é necessário cuidado para que as relações sino-brasileiras não reforcem aquilo que o mesmo denominou de o novo imperialismo, via acumulação por espoliação, na qual a expropriação de riquezas do Brasil por parte do capital chinês não promove progresso/desenvolvimento para o Brasil, apenas se apropria da riqueza acumulada, caminhando para o declínio industrial, ao encontro do que alguns autores como Acioly (2011), Colombini (2016), Sarti e Hiratuka (2017) apontam como risco da reprimarização da economia nacional.

2.1.ANTECEDENTES E A ASCENSÃO CHINESA NETE INÍCIO DE SÉCULO

Discorreremos brevemente sobre a ascensão chinesa, enfocando as relações com os EUA, abordando primeiro aspectos fundamentais da história recente do país asiático a fim de compreender a conjuntura atual de avanço mundial da China, que ao longo do século XX passou pelos mais bélicos e sangrentos anos de toda sua história. (CUNHA, 2008, p. 71).

A desoladora guerra sino-japonesa entre 1937-1945, motivada pelas pretensões japonesas de anexação do território chinês, juntamente com sua guerra civil sob o comando do governo nacionalista Kuomintang na figura de Chiang Kai-chek contra o partido comunista, liderado por Mao-Tse-tung, constituem momentos decisivos para o rumo do país. Após a junção de forças dos Kuomintang e dos comunistas para combater as forças do Japão em território chinês, a China mergulhou em uma grande guerra civil, da qual as forças lideradas por Mao-Tse-Tung saíram vitoriosas para implantar o socialismo em território chinês. Para Hobsbawn (1995, apud CUNHA, 2008, p. 71) a invasão japonesa teve papel fundamental na vitória da guerra civil pelos comunistas, antes em desvantagem.

No comando da República Popular da China (1949-1976), Mao-Tse-tung foi de suma importância para as transformações subsequentes. Ao se deparar com um país em colapso após seu maior período de guerra, assumiu a responsabilidade de gerir o

desenvolvimento nacional sob a ideologia socialista (estatização da economia, igualdade social) e anticapitalista. Segundo Cunha (2008) com o êxito do Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), aliado à União Soviética (URSS), a China oficializou a socialização da sua economia, implementando a reforma agrária e um plano de industrialização, chegando ao final do plano com uma crescente indústria pesada, no âmbito urbano a modernização e a infraestrutura alcançaram desenvolvimentos de impacto.

Entretanto, Kissinger (2011) considera que os consecutivos planos de Mao-Tse-tung - O Grande Salto Adiante (1958-1960) e A Revolução Cultural (1966-1976) - foram erros decisivos para que surgisse no gigante asiático uma nova forma de lidar com o mercado mundial, deixando de lado sua afeição radical pela diplomacia da URSS para, de forma modesta, se abrir às relações econômicas internacionais. A inserção da China como país-membro das Nações Unidas em 1970, substituindo Taiwan¹ seria, neste sentido, um sinal evidente dos propósitos de abertura às relações multilaterais.

Mas foi de fato com os governos de Deng Xiaoping (1978-1991) que o país obteve a concretude dessa mudança. Xiaoping mudou o eixo central de governo para um eixo de mercado não centralizado, onde determinou os setores a serem modernizados: agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional, criando as conhecidas Zonas Econômicas Especiais (ZEE). A intenção chinesa era provocar uma internacionalização de si própria, gerar emprego, incorporar novas tecnologias e transformar o país em um polo de desenvolvimento de padrões mundiais através de uma melhor adaptação da conhecida “economia de mercado socialista”. (CUNHA, 2008, p. 94).

Para Arrighi (2008) o desenvolvimento da China, foi sábio e gradativo:

Reconheceu que, para manter a estabilidade social, ela precisava evitar o desemprego em massa. A criação de empregos teria de andar de mãos dadas com a reestruturação. Quando a China se liberalizou, foi gradualmente, de modo a assegurar que os recursos humanos deslocados fossem reaproveitados em uso mais eficiente e não deixados num desemprego infrutífero. (ARRIGHI, 2008, p. 30).

Algumas das ideias e pensamentos do então presidente Deng Xiaoping teriam sido ditas em conversa relatada por Kissinger (2011: 232), em uma de suas passagens

¹ Por tempos, sede da República da China, opositora do então governo da República Popular da China.

pela China, em 1979: “O povo, dizia, precisava receber uma cota do que produzia. Os bens de consumo tinham de ter prioridade sobre a indústria pesada, a engenhosidade dos agricultores chineses precisava ser liberada, o Partido Comunista devia se mostrar menos intrusivo e o governo tinha de ser descentralizado”.

A liberalização chinesa teve início no campo, onde o sistema agrícola transitou do modo de produção coletivizado para o da responsabilidade individual, gerando uma semiprivatização do setor e uma venda parcial da produção no mercado internacional. No ramo industrial, Xiaoping facilitou, gradualmente, o ingresso de capital estrangeiro para transformar de forma extraordinária a ZEE em forças motrizes do desenvolvimento, por volta de 1991. Como mostra Cunha (2008) o sucesso da ZEE foi responsável pela criação de quatorze novas zonas econômicas especiais, foi concebido a Shanghai a aprovação de projetos de Investimentos Diretos do Exterior (IDE) até a cifra de US\$ 10 bilhões. A criação em 1984 das Zonas Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico e a autorização do governo chinês para que os investidores locais pudessem atuar no comércio exterior foi de grande importância, guiado pelo fato de que em 1970 as exportações representavam cerca de 1% do Produto Interno Bruto - PIB nacional e em 1986, com a desvalorização do yuan (unidade básica da moeda chinesa), cerca de 15% frente ao dólar, as relações ligadas ao comércio exterior representavam 30% do PIB chinês.

Na década de 1990 com o fim dos governos de Deng Xiaoping e com a concretude dos investimentos feitos até então, a China entra de fato nos modelos atuais do mercado econômico internacional. Na transição dos governos de Xiaoping para Jiang Zemin, entre os anos de 1991 e 1992 foram reconhecidas, respectivamente, as Bolsas de Valores de Shanghai e Shenzhen, e, em 1996, o novo governo chinês autorizou a liberação em massa das cartas de créditos e permitiu que as empresas estrangeiras operassem nas respectivas Bolsas de Valores. Para que este investimento se tornasse atrativo, foram incrementadas as zonas econômicas especiais, que se transformaram em zonas industrial de escala nacional e regional, fronteira e em parques de alta tecnologia (CUNHA, 2008, p. 99).

Kissinger (2011:430) defende que ao final dos governos de Jiang Zemin não restavam mais dúvidas sobre os rumos do dragão insurgente: “Jiang concretizou o legado da Viagem ao Sul com tamanha habilidade que, no fim de seu mandato em 2002, o debate não mais girava em torno de ser ou não o curso apropriado, mas antes em torno

do impacto de uma China emergente, dinâmica, na ordem mundial e na economia global”.

Discutiremos na próxima seção a conjuntura contemporânea da maior potência emergente da Ásia, como a mesma surgiu no cenário mundial e suas estratégias de, cada vez mais, se firmar e até mesmo se expandir no cenário político e econômico atual.

2.2.CHINA NO TABULEIRO MUNDIAL

Na primeira década deste novo século o principal responsável pelo surgimento chinês foi justamente a potência que até então demonstrou interesse em retardar o avanço do dragão asiático, os Estados Unidos da América (EUA), como mostra Arrighi (2008). Na segunda era dos governos Bush (2001 – 2009) com a intitulada Guerra ao Terror, o presidente estadunidense se viu obrigado a deixar sob segundo plano retardar a economia chinesa para sustentar a guerra emergente. Arrighi (2008:214) advoga como os EUA agora precisavam da China, contrariando John Mearsheimer²: “Contudo, quanto mais os Estado Unidos se enredavam na Guerra ao Terror e dependiam de crédito e de mercadorias estrangeiras baratas, mais a China conseguia impor um tipo de ‘imperialismo estrutural’ diferente daquele vislumbrado por Mearsheimer”. Neste mesmo cenário o EUA deixou de ser o principal parceiro comercial de Japão e Coreia do Sul para dar lugar à China, relativizando as parcerias com seus principais aliados estratégicos.

Um dos marcos da convergência econômica entre China e EUA no início deste século é demonstrado por Krugman:

[...] O Sr. Bush precisa da ajuda da China para lidar com a Coréia do Norte. [...] Além disso, a compra de títulos do Tesouro norte-americano pelo banco central da China é uma das principais maneiras de os Estados Unidos financiarem seu déficit comercial. [...] Apenas quatro meses depois da Operação Flight Suit [Macacão de Piloto], a superpotência transformou-se em pedinte das nações que costumava insultar. Missão cumprida! (KRUGMAN, 2003, apud ARRIGHI, 2008 p. 214).

À similaridade com os EUA, no campo de seu desenvolvimento científico-tecnológico e inovação através do poderio militar a China possui o segundo maior orçamento mundial, com cerca de 30% de seus gastos voltados para este campo, como aponta Fiori (2014). Ainda sobre a relação entre esses dois países é compreensível à

² Professor ligado à Universidade de Chicago de ciência política e teórico das relações estadunidense.

preocupação dos estadunidenses com relação ao crescimento do gigante asiático, pois a China os substituiu como grande economia que mais cresce no mundo.

No ano de 2005 os EUA se questionaram a despeito da liberdade comercial concedida aos chineses com a exportação e seus investimentos, preocuparam-se seriamente quando a China National Offshore Oil Company (CNOOC) entrou na briga pela compra da Union Oil Company of California (UNOCAL), que acabou sendo comprada pela também estadunidense Chevron, porém, as autoridades do EUA viram a proposta da CNOOC como um risco à segurança nacional do país. Como defende Arrighi (2007: 287): “A China, ao contrário do Japão, parece mesmo estar surgindo com rival estratégico dos Estados Unidos e concorrente no acesso a recursos escassos. Isso fez do lance chinês pela compra da Unocal, empresa de energia de alcance global, mais do que mera proposta de negócios”.

A controvérsia estadunidense e a decorrente preocupação em relação à China são demonstradas por Clyde V. Prestowitz ³ (2007, apud ARRIGHI, 2008, p. 288).

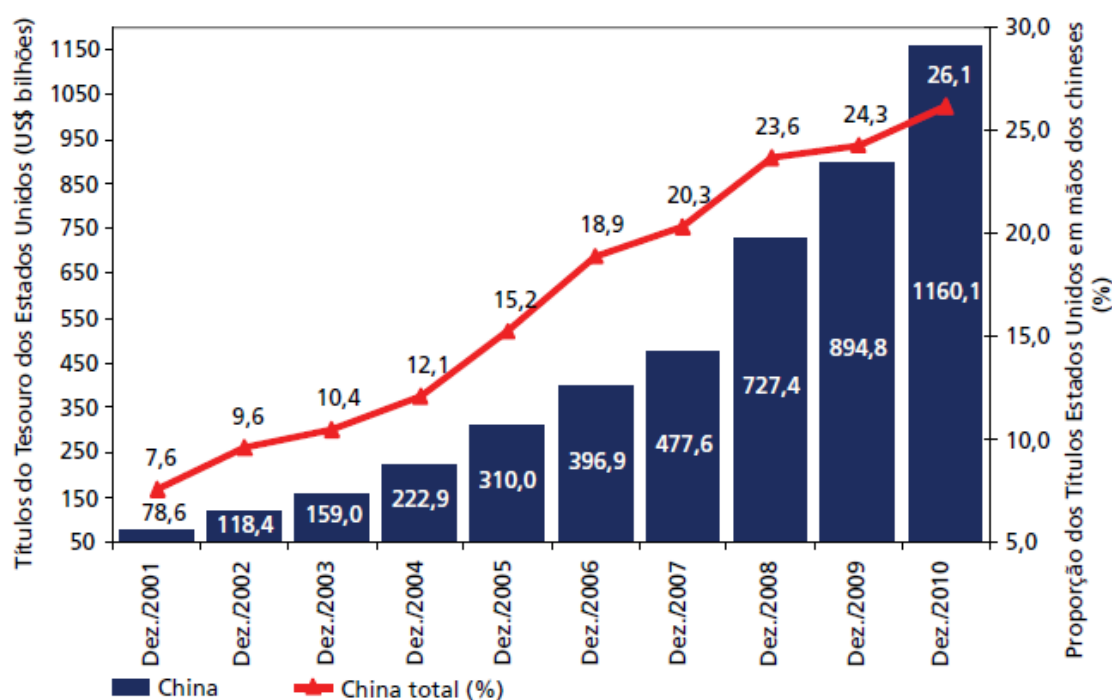
E agora dizemos aos chineses: ‘Por favor, continuem investindo em nosso título, mas não invistam nem uma fatiazinha de seu lucro em empresas petrolíferas’. Isso é de fato confuso e hipócrita de nossa parte. Pior ainda, os legisladores que “autorizaram a conquista ‘preventiva’ do país com a segunda maior reserva de petróleo do planeta [estão] agora questionando o direito da China de comprar uma empresa multinacional sediada nos Estados Unidos usando os dólares que ganhou com a exportação legal de produtos”. Embora os asiáticos “[não] devam se sentir nem um pouco ameaçados [pelo fato de a] Unocal ser proprietária de jazidas naturais de gás em seu continente”, tanto democratas quanto republicanos alegam o direito norte-americano de impedir que os chineses comprem a Onocal por razões de segurança nacional, apesar do fato de os Estados Unidos serem “o único país com poderio militar para implantar ou impedir o bloqueio mundial do [petróleo] ou de qualquer outro recurso vital”. (ARRIGHI, 2008, p. 288).

A concretude da atual relação entre os dois países se intensificam a medida que a China é credora da dívida pública estadunidense e, ao mesmo tempo, dependentes do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) dos EUA em terras chinesas. O conhecido milagre econômico chinês em 2008 serviu para expandir as influências asiáticas sobre os EUA e, obteve como consequência, uma revalorização da moeda norte-americana e uma globalização do dólar, com o capital financeiro. Enquanto o PIB dos Estados

³ Fundador e presidente do Instituto de Estratégia Econômica, foi autoridade comercial no governo do ex-presidente Reagen.

Unidos passou de 0%, em 2008, para -2,6% em 2009, o da China teve incríveis 9,6% e 9,1% respectivamente, contrariando a lógica mundial que caía drasticamente. A crise de 2008 acelerou o processo de integração do eixo sino-americano e os tornou competitivos, pela acumulação do poder global (PINTO, 2010 p. 26).

Gráfico 1 - Evolução da posse e participação chinesa na propriedade de títulos do Tesouro dos Estados Unidos



Fonte: reproduzido a partir de PINTO, 2011, p. 56.

Possuindo cerca de 25% dos títulos do tesouro dos Estados Unidos até o ano de 2010, a China preserva a estabilidade se sua moeda local (iuan) em relação ao dólar e protege a competitividade de exportação do país. E enquanto o primeiro passou a ser o maior exportador, sendo responsável em 2000 por 3,9% das exportações mundiais para 10,4% em 2010, e 3,4% para 9% em importação, o segundo passou suas exportações de 12,3% para 8,7% e suas importações caíram de 19,1% para 13% no mesmo período (PINTO, 2010, p. 35).

As relações sino-americana são identificadas em 3 circuitos de integração. O primeiro se trata dos investimentos diretos dos EUA em território chinês, seja ele voltado para exportação de países como o próprio EUA ou para consumo do mercado

interno da China. O segundo está diretamente ligado ao novo processo de produção globalizada de produtos manufatureiros/tecnológicos em território chinês e sua relação com os países da região asiática como Japão, Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul para fornecimento de matéria e seu controle de exportação global. O último circuito está relacionado à indústria leve de consumo liderado pela cadeia varejista estadunidense e de produção chinesa, como roupas, brinquedos e miscelâneas. (PINTO, 2010 p. 46)

A combinação desses três circuitos é o que tem trazido para a China, a responsabilidade de ser o centro de montagem e produção de manufaturas mundiais.

Os investimentos da agora potente China não se limitariam ao estreitamento das relações com os EUA ou às relações comerciais regionais, sua ambição era maior. Para Arrighi (2008) a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) no ano de 2001 provou que o país deixou de ser um negociador de influência regional para se tornar um de âmbito mundial. No ano de 2003 aliou-se a Brasil, África do Sul e Índia para liderar a frente do G20 na OMC contra a imposição de países do Norte, que sempre buscaram impor a abertura do mercado sulista com dois pesos e duas medidas diferentes.

Os investimentos começaram pelo sul asiático, mais especificamente na Índia com o comércio de bens, onde passaram de 300 milhões de dólares em 1994 para 20 bilhões em 2005, fortalecendo mutuamente as relações entre 2 dos 5 países do que viria a ser o BRICS. Em 2004, Pequim fez uma importante negociação petrolífera com o Irã. O avanço do dragão continuou pela África em 2000, onde de forma voluntária o país abriu mão de dívidas africanas no valor de 1,2 bilhões de dólares, permitindo assim, que o comércio entre África e China crescesse de 10 bilhões para 40 bilhões até o ano de 2005. A estratégia usada pelo governo chinês no continente africano era justamente oferecer desenvolvimento em áreas de desinteresse das companhias ocidentais. (ARRIGHI, 2008, p. 219).

Não de forma diferente os chineses chegaram à América Latina, onde no ano de 2004 anunciaram cerca de 30 bilhões de dólares em novos investimentos em infraestrutura e garantiram contratos de longo prazo que tornaram a China o maior demandante de matérias-primas da região, como veremos a seguir.

2.3.CHINA E AMÉRICA LATINA

As relações geopolíticas entre China e a América Latina neste início de século foram progressivamente proporcionando desenvolvimento para ambos os lados, ainda que de forma assimétrica. Em 2006 a China representava 10% das exportações mundiais de manufaturados, dos quais 4% eram voltados para a América Latina e, se inicialmente, os manufaturados chineses estavam associados à noção de baixa qualidade, o perfil das exportações chinesas foi mudando de produtos de baixo valor agregado para os bens de capital e consumo mais elaborados, sendo considerado pela OMC, em 2008, de alta e média tecnologia. No entanto, nos anos 2000, enquanto a China foi aprimorando sua produção e exportação manufatureira, na América Latina houve uma racionalização produtiva, devido à rápida abertura ao processo de liberalização dos anos 1990, que, como consequência, levaria a região a voltar-se para a exportação de produtos intensivos em recursos naturais e para as empresas maquiladoras, que se destacam pela exportação de manufaturados de baixo valor agregado (BARBOSA, 2011, p. 270-271).

A divergência entre China e América Latina é exposta por Barbosa (2011):

A diferença essencial entre as duas regiões econômicas parece residir no nexo entre exportações e investimentos que permitiu ampliar a capacidade produtiva na China, contribuindo inclusive para o fortalecimento do mercado interno, enquanto na América Latina a volatilidade cambial – em virtude da rápida abertura comercial e financeira – impossibilitou a viabilização deste nexo, trazendo uma brusca oscilação nas taxas de crescimento e investimentos.

Segundo as categorias traçadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2003), a China pode ser classificada como um país de industrialização rápida, que presencia uma transformação estrutural de sua base produtiva em direção aos setores de maior produtividade relativa. Já a América Latina compõe a periferia capitalista em processo de desindustrialização precoce, ainda que o caso brasileiro não se encaixe perfeitamente nessa tipologia. (BARBOSA, 2011, p.272)

As discrepâncias entre a China e América Latina são classificadas por Fiori (2014) segundo o tipo de economia a que ambas pertencem, a China está inserida no grupo que não aceita a ordem hierárquica e adota estratégias para manter o crescimento acelerado, tendo como objetivo maximizar sua participação no poder mundial. Já a América Latina, e o Brasil não escapam à contextualização, possuem fortes indústrias e ciclos de crescimento, porém, não possui condições de desafiar a ordem estabelecida e tem se conformado a posição de fornecedor de bens específicos e *commodities*. Partindo

deste pressuposto, o pós-crise de 2008 foi uma concretude da condição periférica da América Latina, que se transformou na maioria de seus países, numa região primário-exportadora, orientada pelo mercado externo de *commodities*.

Com a crescente demanda interna por recursos naturais, os recursos energéticos chineses em 2006 contavam majoritariamente com o carvão mineral como sua maior fonte energética, 69%, seguido pelo petróleo com 21%, gás natural 3% e 1% de energia nuclear. Assim, os interesses do país asiático na região latino-americana estão diretamente ligados à compra de algumas *commodities* no campo energético e agrícola, consideradas fundamentais para o desenvolvimento da China, simultaneamente interessa a conquista de mercados para os produtos industrializados chineses. E muitos dos investimentos diretos chineses em infraestrutura e agricultura foram realizados com tecnologia chinesa para viabilizar as exportações dos países latino-americanos para a Ásia.

As cifras da relação sino-latino-americano ultrapassaram, em 2009, os 100 bilhões de dólares, como demonstrado por British Petroleum Statistical Review of World Energy (2007, apud BECARD, 2010, p. 86).

Ainda que para alguns autores, como Becard (2010) e Ferchen (2011), as exportações para a China devam ser analisadas por país e não pelo continente, até porque as exportações latino-americanas para os chineses não têm a mesma relevância quando investigadas individualmente, o fato é que para a China a região se tornou um destino fundamental para suas exportações. De todo modo, para Chile e Brasil a China tornou-se o destino número 1 das exportações; ao passo que Argentina, Peru, Costa Rica e Cuba, têm a China como segundo maior destino.

Quer dizer, a relação entre China e América Latina está concentrada em um número pequeno de países, com um número limitado de *commodities*. Em 2008, segundo Ferchen (2011) dez *commodities* em apenas seis países representavam 74% das exportações locais para a China e 91% das exportações mundiais de *commodities* para o mesmo destino.

Tabela 1 – Exportação da América Latina para a China por Setor – 2008

	Exportações da América Latina para a China (US bilhões)	Participação de cada setor no total de exportações da América Latina para a China (%)	América Latina no total das importações chinesas por setor (%)
Produtos agrícolas	21,71	32,2	25,00
Combustíveis e minérios	39,88	59,1	13,00
Manufaturados	5,89	8,7	0,80

Fonte: elaboração própria a partir de ACIOLY, 2011, p. 277.

Tabela 2 – Perfil das exportações e das importações da América Latina com a China – 2000 e 2008 (em %)

Exportações para a China	2000	2008
Produtos primários	58,1	71,9
Bens industrializados	41,8	28,1
Baseados em recursos naturais	23,3	15,8
De baixa tecnologia	5,8	2,4
De média tecnologia	6,2	5,6
De alta tecnologia	6,5	4,3
Importações da China	2000	2008
Produtos primários	3,1	0,9
Bens industrializados	95,1	97,8
Baseados em recursos naturais	10,5	9,4
De baixa tecnologia	35,4	20,5
De média tecnologia	25,1	26,3
De alta tecnologia	24,2	41,6

Fonte: elaboração própria a partir de ACIOLY, 2011, p. 283.

Nota-se que a América Latina exportou no ano de 2008 praticamente 2/3 (59%) do total referente aos minérios e combustíveis para a China e 1/3 das *commodities* agrícolas

(32%). Em contrapartida, representaram no total importado pelos chineses, 13% e 25%, respectivamente, do total. Para piorar, a segunda tabela nos permite dizer que aumentou a dependência no setor tecnológico com os chineses, ao passo que nos anos 2000 importávamos apenas 24% dos produtos de alta tecnologia, no ano de 2008 passamos para 41% do total. Portanto, exportamos majoritariamente produtos primários e importamos tecnologia, esses traços nos aproximam do que Harvey (2004) denominou de novo imperialismo, pois crescemos sob dependência chinesa e exportando *commodities*. Para o Brasil, os números seguem o mesmo padrão do continente sul-americano.

A seguir abordamos o eixo principal das relações estabelecidas entre a China e alguns países da América Latina.

2.4.AS DIFERENTES INSERÇÕES CHINESAS NA AMÉRICA LATINA

Os padrões de relações com a China variam de acordo com a potencialidade de cada país, possuindo como consequência, benefícios para um dos dois lados ou para ambos. Para Barbosa (2011, p. 286) três fatores são fundamentais para compreender o grau da relação estabelecida com a China.

O primeiro deles está diretamente ligado ao *boom* das *commodities*, que beneficiam os países produtores de produtos primários demandados pela China, esse fator não é estático, uma vez que o fornecimento de *commodities* aos chineses pode aumentar ou cair, a depender inclusive da manutenção/conquista ou não de outros mercados tendo em vista a concorrência internacional.

Por sua vez, o segundo ponto importante é o grau de dependência comercial com os EUA, com uma especialização voltada para atendê-los, sobretudo, se essa relação vir a transformar o país em questão em concorrente chinês no território estadunidense.

O terceiro fator para compreender a variável nos países latino-americanos é o grau de diversificação da produção industrial interna de cada país. A pressão competitiva chinesa sobre o conjunto de sistema produtivo se torna maior perante o nível de complexidade do parque industrial. Levando em consideração o paulatino desenvolvimento industrial da China, os países industrializados tentem a perder força face à concorrência chinesa, fatores contextualizados por Barbosa no mencionado texto do IPEA, 2011:

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o país que tende a sofrer mais os impactos negativos da ascensão chinesa é aquele que não foi

favorecido pela “loteria de commodities”, possui um padrão de especialização totalmente estruturado para atender aos Estados Unidos e conta com uma produção interna bastante diversificada. (...) Já o país potencialmente mais beneficiado é aquele que saiu favorecido na “loteria das commodities”, possui menor dependência do mercado americano, ao menos nas exportações industriais, e não conta com uma estrutura industrial complexa. (...) Isto não significa que os impactos da ascensão chinesa devam ser necessariamente positivos nestes países, mas sim que tendem a maximizar os ganhos de curto prazo de uma opção realizada no passado. (BARBOSA, 2011, p.287)

Chile, Peru e Venezuela são classificados no que Barbosa (2011) chama de “países exportadores de *commodities* ‘chinesas’ com reduzido parque industriais”, sendo os dois primeiros países que inicialmente assinarem acordos de livre comércio com a China e que, em geral apresentarem saldo comercial positivo, ambos com cerca de 5 milhões em 2008, com o gigante asiático. São países que tiveram suas economias alavancadas devido às exportações de minérios e derivados, que representa mais de 30% do PIB.

Como consequência da sua baixa industrialização e elevada exportação, o Chile vem se reorganizando como um país primário exportador. Dos produtos exportados, 60% são *commodities*, 76% composta pelo cobre que possui como destino o território chinês (FERSHEN, 2011, p. 110), suprem ainda 80% da demanda chinesa pela farinha de peixe e o país é seu principal fornecedor de nitrato de potássio. Com relação às importações, os principais produtos importados pelo Chile são os têxteis, carros e motocicletas (70% do mercado interno) (CINTRA, 2011, p 8).

No caso peruano a petrolífera chinesa China National Petroleum Corporation (CNPC) comprou, em 2004, o total de 45% da petrolífera Pluspetrol, de capital argentino, localizada em território peruano que deverá ser responsável pela produção de 63% de petróleo e derivados de todo o país, além disso, o país exporta para a China uma quantidade significativa de minerais. Barbosa (2011) expõe que até o ano de 2002 o Peru despontou, junto com México e Brasil, como os maiores receptores de capital chinês e, desde então, as relações vêm sendo estreitadas, inclusive com prejuízos para empresas do Brasil no que tange às licitações para obras públicas (o que, aliás, se verifica em outros países da região). As importações peruanas concentram-se em produtos baratos, de baixo custo como aponta Becard (2010, p. 89). Ademais, as relações entre ambos vêm causando desconforto dentro da sociedade peruana que acusa

as multinacionais asiáticas de desrespeito ao seu território sagrado e graves danos ao meio ambiente (ELIS, 2009, apud CINTRA, 2011, p. 8).

Na Venezuela a CNPC é responsável por gerir 410 milhões de dólares em investimentos na área de petróleo e gás, que incluem a construção de três refinarias em território chinês e na infraestrutura venezuelana, visando ampliar as exportações de 331 mil barris ao dia para um milhão. Foram assinados acordos para investimentos também na área do setor tecnológico. Essas relações classificam a China primordialmente como importador de produtos primários do país (BECARD, 2010, p. 88); sobre a importação, basicamente a Venezuela importa produtos como calçados e têxteis, como mostra Cintra (2011).

Equador e Uruguai são “países pequenos e potenciais exportadores de commodities com reduzido parque industriais” segundo a classificação de Barbosa (2011). São os países que ainda não foram beneficiados pelo efeito China como os demais países da América Latina aqui citados, possuem pouca base industrial, tendo, portanto, nada a perder com a inclusão chinesa em seus mercados.

No caso do Equador, país pertencente a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), dono da terceira maior reserva de gás e petróleo da região, com cerca de 60,3 milhões de barris no ano de 2005, as exportações de hidrocarbonetos representaram 20% do seu PIB (BECARD, 2010, p. 89). Entre os principais investimentos chineses no país, suas petrolíferas Petrochemical Corporation, Sinopec e a equatoriana Petroecuador juntaram forças para investir cerca de 11 bilhões de dólares na exploração de petróleo em solo equatoriano, sendo 60% destes, destinados a Petroecuador. Sobre investimentos em infraestrutura, a China investiu em 2008 cerca de 1 bilhão de dólares para a construção de portos, refinarias, rodovias, aeroportos e centrais hidráulicas, visando as exportações do Equador para a China.

As importações da China ficam por conta de produtos eletrônicos, calçados, têxteis e brinquedos. Uruguai não dispõe de investimentos chineses, vindo a ser apenas um país com relações comerciais de exportações e importações. No primeiro caso, o país exporta produtos de commodities agrícolas, como principalmente o algodão e o couro. Em suas importações da China, o país importa carros, motocicletas, têxteis, calçados e serviços (CINTRA, 2011, p. 8).

México por sua vez, está classificado no que Barbosa (2011) chama de “economias exportadoras de produtos industriais que possuem tratado de livre comércio (TLC) com os Estados Unidos”. Prejudicado pelo boom das commodities, o país não possui uma estrutura ampla de exportação de matéria prima, com exceção do petróleo. Contraria os interesses chineses, pois possui uma economia de estrutura produtiva voltada para os EUA. Cintra (2015) propõe a dessemelhante relação mexicana com a China, perante os países da América Latina, em 2015:

(...) a importação originária da China é centrada nos bens intermediários para a montagem final de produtos em seu território nacional para, posteriormente, serem reexportados para os EUA. O volume de importações provenientes da China está diretamente associado a produtos de informática e telecomunicações, além de produtos relacionados ao setor de máquinas e equipamentos. Esses dois segmentos juntos respondem por quase 70% das importações com origem na China por um déficit comercial de dezenas de bilhões de dólares (em 2011, US\$ 46,3 bilhões). (CINTRA, 2015, p. 37).

Finalmente, segundo Barbosa (2010), Brasil e Argentina são classificados como “economias industriais sem tratado de livre comércio (TLC) e exportadoras de *commodities*”. Ambos são beneficiados pela exportação de commodities, entretanto, o nível de diversificação produtiva faz com que estes países sofram pressão e concorrência chinesa no setor industrial de maior valor agregado, importante para as respectivas economias.

Tanto nas exportações como nas importações, a Argentina possui a China como seu segundo maior parceiro, crescendo suas exportações de 3% para 8% no período de 1998-2010 e importando de 4% para 13% no mesmo período. As exportações da Argentina baseiam-se nas *commodities* agrícolas como o complexo de soja, grãos e óleo, chegando estes a 76% do total exportado, correspondendo juntos ao valor de 238,11 milhões de dólares (BEKERMAN, 2013, p. 26). Sobre as importações, a Argentina importa têxteis, brinquedos, calçados, carros, motocicletas e bens eletrônicos (CINTRA, 2011, p. 8).

O caso brasileiro será tratado especificamente nos capítulos seguintes, no qual vamos tratar das relações geopolíticas entre Brasil e China, os ganhos e as perdas para a maior economia da América do Sul, individualmente ou no âmbito de sua influência para os países de sua região.

Abordaremos a seguir, a visão de alguns autores como Fershen (2011), Cintra (2011, 2015), Becard (2010) e Barbosa (2011) sobre as consequências das relações entre China e América Latina. Os impactos para as relações regionais do continente latino-americano enquanto sua integração e também sua perspectiva sobre o caso chinês.

2.5.PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO E COMPETIÇÃO

Alguns autores salientam a complementaridade na relação sino-latino-americana, outros a dependência. Da primeira perspectiva, a relação entre a escassez de recursos primários chineses e demanda por *commodities* agrícolas e energéticas seria suprida pela abundância dos países latino americanos. Outro argumento utilizado pelos defensores da relação complementar é a de que os laços se dão entre as regiões “Sul-Sul”, ou seja, entre países/regiões em desenvolvimento, portanto, em maior ou menor dimensão, mutuamente benéfica. A importância das relações sino-latino-americana para o crescimento recente latino-americano, como também para minimizar os efeitos negativos da crise financeira mundial que eclodiu em 2008, auxiliando na forte recuperação regional, são destacados.

Por outro lado, a relação sino-latino-americana também é vista como desfavorável, pois intensifica a posição dependente da região ao estimular a atividade primária, com a América Latina se especializando cada vez mais na exportação de *commodities*, ao passo que a China exporta manufaturados para a região. Conforme Fershen (2011), na visão de que alguns autores críticos do estreitamento das relações com a China classificam o país como uma nova Grã-Bretanha, devido seus investimentos em infraestrutura na região para facilitar a exportação de produtos latino-americanos. Para alguns críticos brasileiros como Delfim Netto (2010, apud FERSHEN, 2011, p. 115) a relação seria predominantemente de natureza colonial e imperialista, para Volpon (2010, apud FERSHEN, 2011, p. 116): “O padrão existente de comércio [entre a China e a América Latina] revela assimetrias crescentes que estão aprofundando a dependência histórica latino-americana por exportações de *commodities* de baixo valor agregado” e, portanto, que a “relação assumiu um tom Norte-Sul”, condizendo com a visão de Lênin (1979, apud BARBOSA, 2011, p. 293) de que as potências imperialistas se voltariam para a periferia no fim do século XIX e conquistariam suas matérias-primas para aplicar seu excedente de capital. Para Barbosa:

Talvez fosse o caso de afirmar, seguindo as sugestões de Harvey (2005), de que o capitalismo, ao se situar sempre no limite de um

estado de “ultra-acumulação”, necessita, com frequência, de ajustes espaciais, o que leva a constantes alterações das estruturas geográficas nacionais. Isto porque o excedente de capital e de trabalho propicia a criação de novos diferenciais entre as regiões, de modo a potencializar a acumulação. Nesse sentido, a China aparece como produto de uma aliança exitosa entre capital local, nacional e transnacional, estruturada no âmbito do estado, desorganizando por meio de seu dinamismo econômico, vertical e horizontal, as estruturas econômicas e sociais dos países do Norte e do Sul, e acarretando, por sua vez, um conjunto de reações. O resultado desse embate encontra-se, todavia, indefinido. (BARBOSA, 2011, p. 294)

Outra perspectiva é trazida por Cintra (2011), a autora entende que a diferença entre China e América Latina está justamente na interferência do Estado para o desenvolvimento. O Estado chinês continua paulatinamente desde 1970 a promover indústrias e proteger seu mercado interno, diferentemente, na América Latina, desde as reformas neoliberais das décadas de 80 e 90 não tem havido por parte dos Estados tentativa de melhora das políticas industriais. A consequência desta diferença reside na competitividade entre o país asiático e o continente, onde a China está concentrando partes de alto valor da cadeia de valores global, e não a América Latina.

Por seu turno, Becard (2010) advoga que o predomínio de relações de cooperação ou de competitividade entre países latino-americanos e China dependerá, além da continuidade intensiva de exportações e investimentos chineses mundo afora, da capacidade dos países latino-americanos de renovar seu aparato produtivo, renovando seus projetos de desenvolvimento para um contexto cada vez mais diversificado.

Já o documento recente da CEPAL, *La República Popular China y América Latina y el Caribe. Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global*, parece enxergar mais oportunidades que riscos no estreitamento da parceria com a China, que “vem modificando o mapa da economia mundial”:

El impetuoso crecimiento chino se expresa en una activa demanda de materias primas y recursos naturales, que en muchos casos provienen de países de América Latina y el Caribe. Desde la pasada década, el comercio de China con la región viene creciendo a tasas muy elevadas y en pocos años dicho país se ha convertido en un actor central de su comercio exterior, lo que ha favorecido el crecimiento de los países exportadores de materias primas de la región. En consecuencia, las condiciones están dadas para aprovechar esta oportunidad histórica, para abordar los desafíos de infraestructura, innovación y recursos humanos y traducir la renta de los recursos naturales en formas

variadas de capital humano, físico e institucional, que permitan elevar los niveles de productividad y competitividad y diversificar las exportaciones. Un desafío complementario de gran importancia es procurar mayores niveles de inversión extranjera directa de China en la región, especialmente dirigida a mejorar la infraestructura, promover la diversificación exportadora y estimular alianzas empresariales sino-latino-americanas. Para ello es necesario trabajar en una aproximación estratégica de la región hacia China y Asia oriental y sudoriental que supere las limitaciones propias de los esfuerzos nacionales que han prevalecido hasta ahora. (BARCENA et al, 2012, p.03)

Ninguém discordaria da prescrição acima, aproveitar a oportunidade histórica proporcionada pelo *boom* das *commodities* para enfrentar desafios em infraestrutura, inovação, recursos humanos, promoção da integração regional etc. Entretanto, conforme Barbosa (2011), as relações com a China são portadoras do forte risco de domínio de “um padrão de especialização produtiva incapaz de trazer por si mesmo transformações estruturais e aumento sustentado da produtividade para os países da região”, podendo representar a “última pá de cal” na promessa de um desenvolvimento minimamente endógeno latino-americano”, devendo neste caso a “responsabilidade” ser imputada à ausência de visão estratégica por parte dos países da região. (BARBOSA, 2011, p. 294)

Todavia, no caso brasileiro, Souza (2015) defende que “propostas de políticas industriais focadas em setores tecnológicos dinâmicos e inovadores foram formuladas no governo Lula” e cita a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada em 2004, e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008. No entanto, adverte que a PITCE foi atropelada pelo próprio *boom* das *commodities* e a PDP pela crise internacional iniciada em 2008. Ou seja, não se pode desconsiderar que o peso dos “fatores externos” pode sobrepujar políticas estratégicas mirando aproveitar as relações com a China para promover desenvolvimento e, neste sentido, a demanda asiática abre oportunidades ao mesmo tempo em que é portadora de riscos enormes.

A seguir, será feita uma análise das relações da China com o Brasil nos governos Lula, período compreendido com as relações comerciais com os chineses, trazendo seus benefícios e as implicações em perda para o Brasil dentro da própria América Latina e mundo afora.

2.6. CHINA E BRASIL NA ERA LULA

Buscaremos a seguir uma análise das relações entre Brasil e China com os ganhos de cooperação e crescimento, abordando em seguida consequências dessa relação. O período de análise vai de 2003 a 2011, nos primeiros governos do partido dos Trabalhadores, sob a liderança do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para tanto, é necessário pontuar aspectos da política externa dos governos Lula, entre elas a busca por mais autonomia face aos EUA, privilegiando as relações com a América do Sul, ou relações Sul-Sul de maneira geral, defendendo a integração regional e de forma mais incisiva os interesses políticos do Brasil.

A construção de uma identidade continental, dando prioridade para a integração regional como caminho para inserção no mercado internacional, a ideia de transformar o país em *global trader* em médio prazo e *global player* político em longo prazo foram algumas das metas que mais se destacaram. Para que essas metas fossem cumpridas foram traçadas, segundo Becard (2009), três estratégias:

1) trocar o ativismo terceiro-mundista por uma visão mais positiva dos regimes internacionais, participando ativamente nos fóruns multilaterais; 2) conciliar autonomia – via diversificação de parcerias e eleição de algumas parcerias estratégicas, tais como África do Sul, Índia, China e Rússia – com uma agenda positiva com os Estados Unidos; 3) e aprofundar o Mercosul, via parceria estratégica com a Argentina, como passo para alcançar a integração com a América do Sul. (BECARD, 2009, p. 174).

Conforme descrito, o governo Lula procurou garantir a confiança externa no seu governo, adotando medidas de austeridade a fim de dissipar desconfiças dos mercados internacionais quanto à gestão da economia política do país, buscando atender as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) referentes às metas fiscais, cronogramas da dívida externa e outras medidas. Além disso, transformou o discurso diplomático, tornando-o mais assertivo e contestador, afirmando pretensões de liderança regional e mais destaque nas instituições e negociações internacionais condizentes à imagem de potência média e nação emergente que se procurou propagar.

Nos governos Lula foram criadas várias ferramentas de aproximação entre Brasil e China, entre elas a criação do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), em 2004, reunindo grandes empresas chinesas e brasileiras atuantes em ambos os mercados, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concentração e Cooperação (COSBAN), no ano de 2006, responsável por gerir a cooperação bilateral em diversas vertentes, a Agenda China na área comercial e o Diálogo Financeiro Brasil-China no ano de 2008.

Outrossim, se buscou aumentar as exportações nacionais através da abertura de novos mercados na China, atrair os investimentos chineses para o território brasileiro, expandir os negócios brasileiros através dos IDEs na China e a troca de informações no ramo científico e tecnológico. (BECARD, 2009)

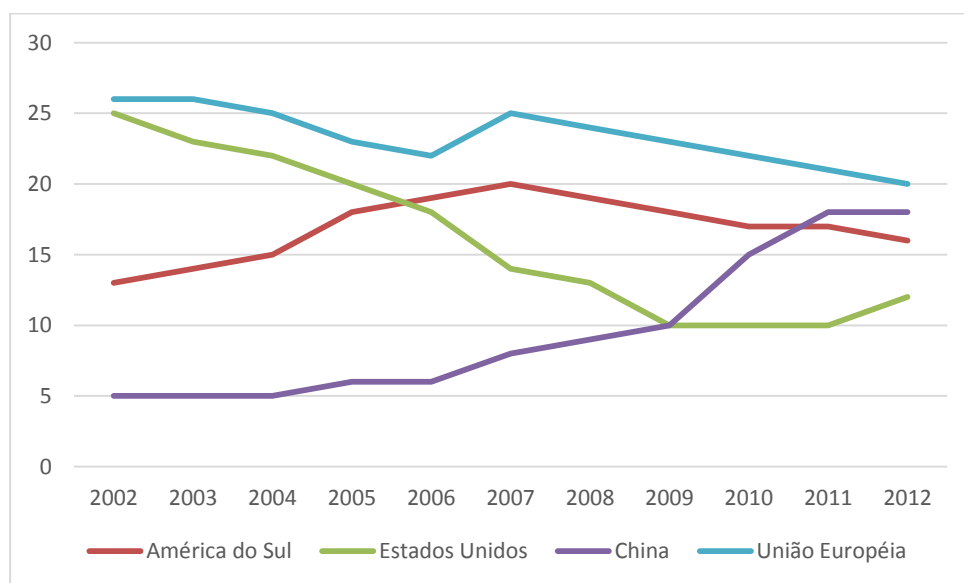
Por sua vez, os interesses chineses em território brasileiro no período em análise basearam-se na exploração de matérias primas e recursos energéticos necessários para que o crescimento chinês continuasse estável, expansão dos negócios chineses no mercado brasileiro, seja através da venda de produtos com maior valor agregado ou por empréstimos e/ou investimentos financeiros e desfrutar da parceria como estratégia geopolítica para diversificar suas fontes de investimento e não estabelecer uma dependência assimétrica. (BECARD, 2009).

Para que se possa compreender a importância da China para as políticas brasileiras no período de análise, é preciso salientar a evolução das relações entre os dois países. Entre os anos de 2000 e 2010 a relação comercial entre ambos cresceu de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 30,8 bilhões no que se diz respeito às exportações brasileiras, um crescimento evolutivo de 2% para 15% de seu total. No mesmo período, as importações dos produtos chineses em território nacional cresceram de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 25,6 bilhões, subindo de 2% para 14% de toda a importação. (ACIOLY, 2011, p. 315).

A crise que eclodiu em 2008, segundo Acioly (2011), fez a crescente relação entre Brasil e China aumentar em magnitude comparativamente às relações comerciais com o resto do mundo, diferentemente dos demais países de importância para as exportações brasileiras como EUA, Argentina, Holanda, Alemanha, Japão, Itália, França, Bélgica, México e Reino Unido que tiveram uma decadência, passando de 66% para 55% no mesmo período de análise.

O gráfico a seguir trazido de Pereira (2014) ilustra como as relações entre Brasil e China evoluíram, especialmente após 2008, no âmbito das exportações nacionais.

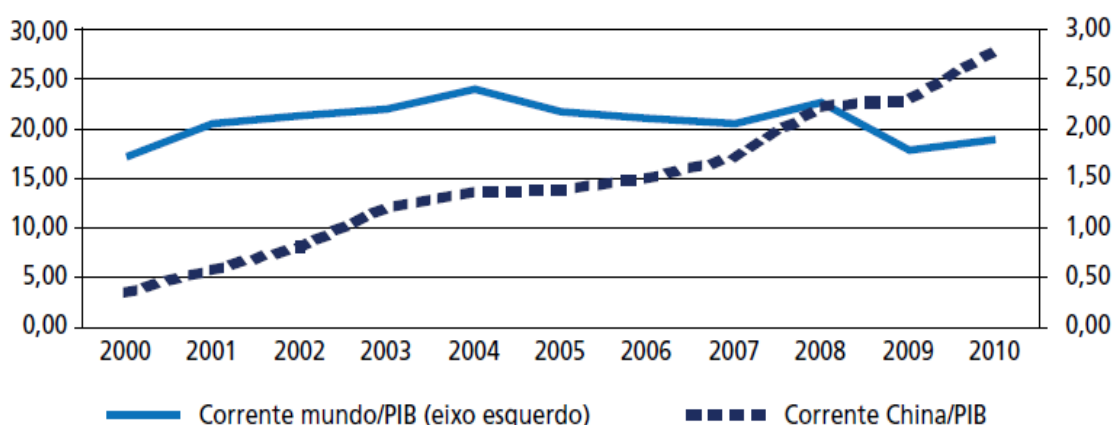
Gráfico 2 - Participação dos países/grupos nas exportações totais do Brasil (2002-2012).



Fonte: elaboração própria a partir de PEREIRA, 2014, p. 15.

Outra forma interessante de se observar a crescente relação entre Brasil e China, é apontada por Acioly (2011), utilizando como indicador o comércio entre Brasil e mundo e Brasil e China, sobre o PIB nacional, nota-se que mesmo em menor patamar, a integração entre Brasil e China evoluiu de 0,5% para pouco mais de 2,5% no período de análise, enquanto Brasil e mundo decresceu de 24% no ano de 2004 para 17%.

Gráfico 3 - Grau de abertura comercial – Brasil/mundo e Brasil/China em %.



Fonte: reproduzido a partir de ACIOLY, 2011, p. 318.

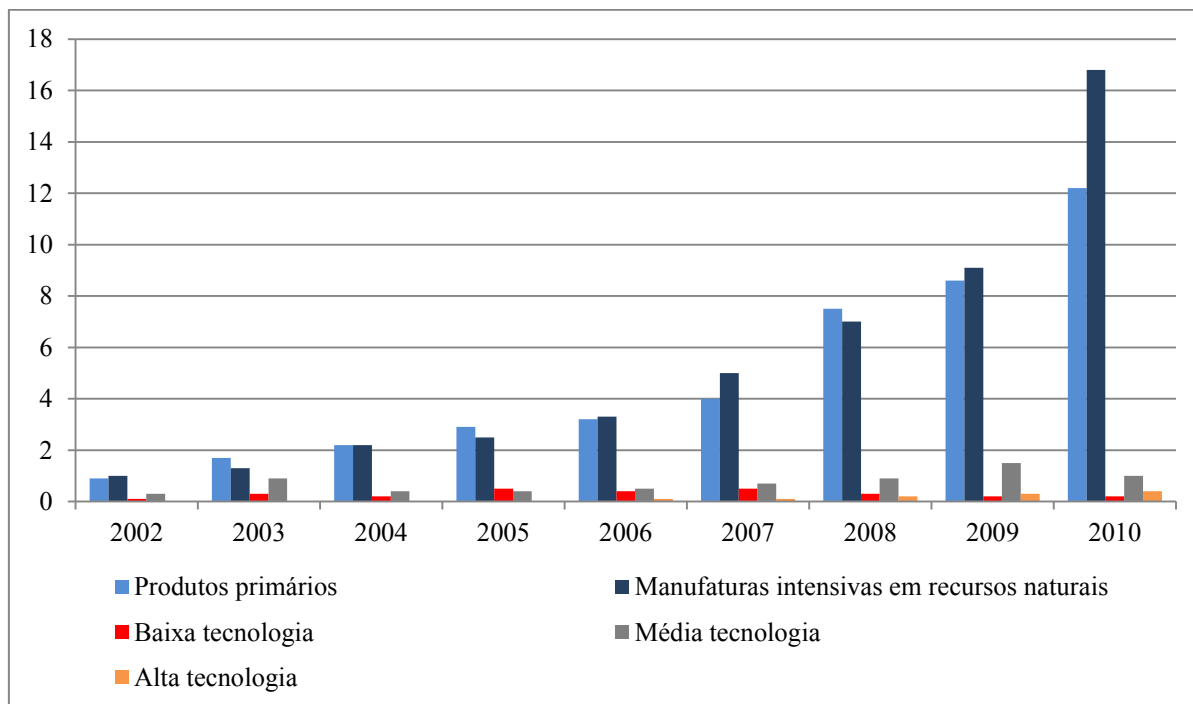
Com relação à demanda e a característica dos produtos comercializados entre Brasil e China e sua variação tanto na exportação como na importação é demonstrada por Acioly (2011) em texto do IPEA em 2011:

Em relação à estrutura da pauta comercial brasileira, tem-se observado nos últimos dez anos mudanças na composição tanto das exportações quanto das importações. Utilizando-se a classificação da Organização das Nações Unidas para produtos comercializados, por intensidade tecnológica – dados até 2009 –, verifica-se que, em 2000, cerca de 50% das exportações brasileiras eram de produtos primários e as manufaturas intensivas em recursos naturais. Os produtos de alta, média e baixa tecnologia representavam, respectivamente, 12%, 26% e 13% do total exportado. Em 2009, os produtos primários e as manufaturas intensivas em recursos naturais já respondiam por quase dois terços das exportações brasileiras, enquanto os produtos de alta, média e baixa tecnologia responderam conjuntamente por 32,7%. Este quadro acentuou-se particularmente a partir de 2005, sendo os produtos de baixa e alta tecnologia os que mais perderam participação na pauta.

No caso das importações, entre 2000 e 2009, houve aumento na participação dos produtos importados de baixa tecnologia (de 5% para 10%) e de alta tecnologia (de 34% para 37%) e redução no caso das importações de produtos de alta tecnologia (de 24% para 20%), assim, como de produtos primários e manufaturas intensivas em recursos naturais (de 37% para 33%) (ACIOLY, 2011, p.320).

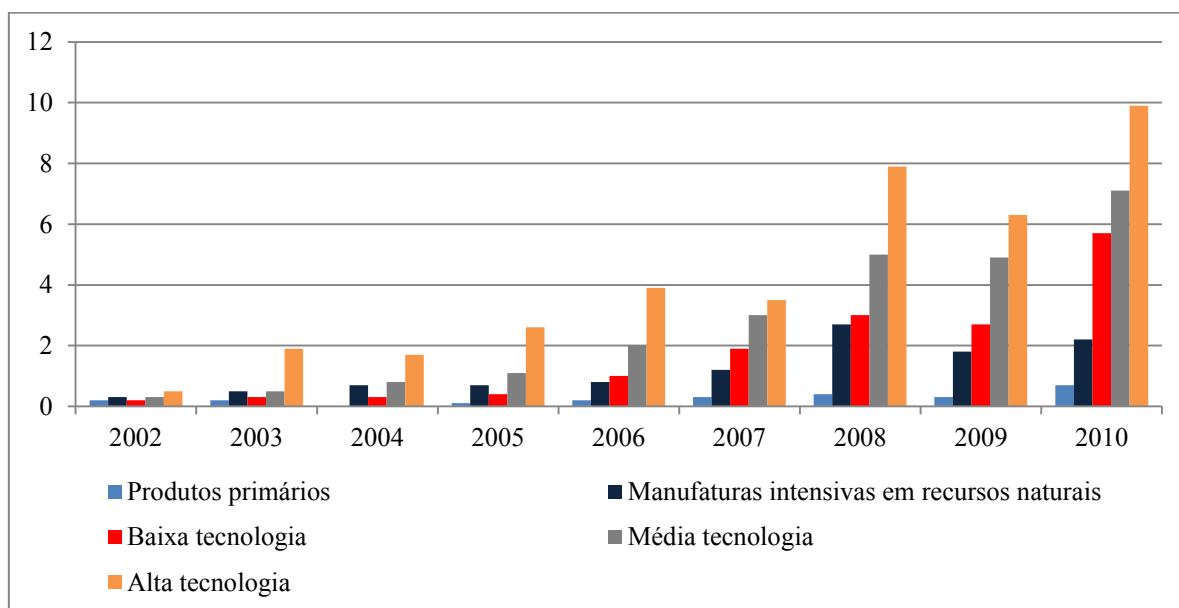
Ainda sobre os produtos e setores que fazem essa relação bilateral prosperar, Acioly (2011) demonstra que a pauta brasileira continuou sendo de produtos primários. Ao passo que em 2010 os minérios, oleaginosas e combustíveis minerais representavam respectivamente, 40%, 23% e 13% das exportações brasileiras, totalizando juntos, 76% do total, sendo, portanto, o setor que mais cresceu nos governos Lula. Para Acioly (2011:322) a pauta de exportação nacional brasileira na moeda estadunidense: “Para cada dólar que o Brasil adquire de suas exportações para a China, US\$ 0,87 vêm de produtos primários e de manufaturas intensivas em recursos naturais, US\$ 0,07 de produtos de média intensidade tecnológica e apenas US\$ 0,02 das vendas de produtos de alta tecnologia”.

Gráfico 4 – Pauta exportadora do Brasil com China, por intensidade tecnológica do produto (em US\$ bilhões).



Fonte: elaboração própria a partir de ACIOLY, 2011, p. 322.

Gráfico 5 – Pauta importadora do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto (em US\$ bilhões).



Fonte: elaboração própria a partir de ACIOLY, 2011, p. 323.

Inversamente proporcional às exportações nacionais para o mercado chinês, o Brasil busca importar produtos de alta tecnologia que cresceram de 487 milhões de dólares em 2000 para quase 10 bilhões em 2010, como mostra Acioly (2011). Nos governos Lula, as importações de recursos tecnológicos da China nunca estiveram abaixo dos 36%, chegando em 2005 a ultrapassar os 50% das importações totais do mesmo país.

Os principais produtos importados no ano de 2009 foram máquinas e aparelhos eletrônicos com 33%, caldeiras e máquinas mecânicas foram responsáveis por 20% e químicos orgânicos ficaram com 7% (ACIOLY, 2011 p. 323). Ainda no âmbito tecnológico, a relação bilateral estabeleceu em 1988 o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), programa de pesquisa liderado pela parceria entre o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) e a Academia de Tecnologia Espacial da China (CAST), que no ano de 2009 já possuía nível tecnológico de equipamentos como o Landsat dos Estados Unidos, Spot francês e o indiano ResourceSat, sendo no mesmo ano utilizado por cerca de nove países, demonstrando o êxito da cooperação na esfera científica. (BECARDO, 2009, p. 185).

No mesmo ano, a China divulgou um empréstimo de 10 bilhões de dólares ao Brasil, visando financiar a exploração das reservas de gás e petróleo na camada pré-sal, em troca da entrega do produto para o governo chinês. Além dos produtos acima citados para se aplicar tecnologia para exploração, o Brasil ainda necessitaria de investimentos em infraestrutura, visando aumentar a capacidade de suas plataformas e portos. Ainda sobre a relação Brasil-China, no que tange à exploração de produtos primários e tecnológicos, os chineses investiram no carvão mineral no município de Candiota, no Rio Grande do Sul para a geração de energia. Os chineses cederam além da mão de obra, recursos tecnológicos com máquinas e equipamentos para a construção da Usina Termelétrica de Candiota III (BECARD, 2010, p. 87).

Mais recentemente os investimentos chineses apontaram-se também para o agronegócio, comprando grandes áreas agricultáveis e de mineração, o que despertou a preocupação do setor empresarial como a Conferência Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e nos setores governamentais. Segundo Acioly (2011), baseada em informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) cerca de 5,5 milhões de hectares de terras nacionais pertencem a não brasileiros, especialmente chineses. Como forma de controlar a compra estrangeira de

terras, o governo anunciou a revisão dos pareceres da Advocacia Geral da União (AGU) de 1994 e 1998 de que mesmo empresas nacionais controladas por estrangeiros poderão adquirir até 5 mil hectares, ademais, estrangeiros não poderão possuir terras que ultrapassem 25% da superfície de determinado município.

A seguir, faremos um balanço sobre os investimentos diretos chineses no Brasil, que crescem, sobretudo, na transição dos governos Lula para o da ex-presidenta Dilma.

2.7. DAS RELAÇÕES COMERCIAIS AO AVANÇO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS CHINESES NO BRASIL

A seguir iremos falar dos investimentos mais recentes e vale destacar que os investimentos chineses voltados, sobretudo, ao setor de energia, faz parte da justificativa do país em se comprometer com a diminuição das emissões do gás carbônico, legitimando assim, as intervenções, geopolíticas estratégicas mundo a fora. As intenções da China, como aponta Scherer (2015) é de reverter sua imagem de grande poluidor, e simultaneamente, usar o discurso como um dos aspectos centrais do crescimento econômico e da internacionalização de suas empresas.

Baseados no estudo de Harvey (2004) sobre o novo imperialismo, acreditamos que é necessário cuidado para que as relações sino-brasileiras não reforcem aquilo que o mesmo denominou de o novo imperialismo, via acumulação por espoliação, na qual a expropriação de riquezas do Brasil por parte do capital chinês não promove progresso/desenvolvimento para o Brasil, apenas se apropria da riqueza acumulada, caminhando para o declínio industrial, ao encontro do que alguns autores como Acioly (2011), Colombini (2016), Sarti e Hiratuka (2017) apontam como risco da reprimarização da economia nacional.

Sobre a intensificação das relações com os chineses, desde 2008 nota-se um aumento dos investimentos diretos chineses no Brasil, interessados no mercado local e regional. Porém a forma de ingresso tem sido, sobretudo, as fusões/aquisições e, no tocante aos investimentos industriais, poucos são voltados para o desenvolvimento industrial e científico-tecnológico no país, pois a tendência dominante é a manutenção por empresas chinesas de parte relevante da produção na China, transferindo apenas as operações de montagem para os países que recebem investimentos diretos chineses (CEBC, 2013, 2016; CONTI e BLIKSTAD, 2017; Souza, 2017).

O que agrava a situação é a forma como a relação comercial entre Brasil e China se consolida, pois a atual importação de manufaturados por parte brasileira dificulta a preservação e, conseqüentemente, o desenvolvimento de seu parque industrial.

De qualquer forma, a presença crescente de empresas chinesas em território nacional é um fato que tem chamado atenção, informações levantadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) indicam que o fluxo vem aumentando nos últimos anos, como aponta Leão (2015). Conforme relatório de pesquisa CEBC-BID (2013), até 2009, os investimentos diretos chineses não eram muito importantes, mas a partir de 2010 vão ficando cada vez mais numerosos, com as relações Brasil-China deixando de ser caracterizada meramente pelo intenso fluxo comercial para o aumento dos investimentos diretos chineses no Brasil. Parte dessa nova face dos interesses da China em território brasileiro é demonstrada por Colombini (2016):

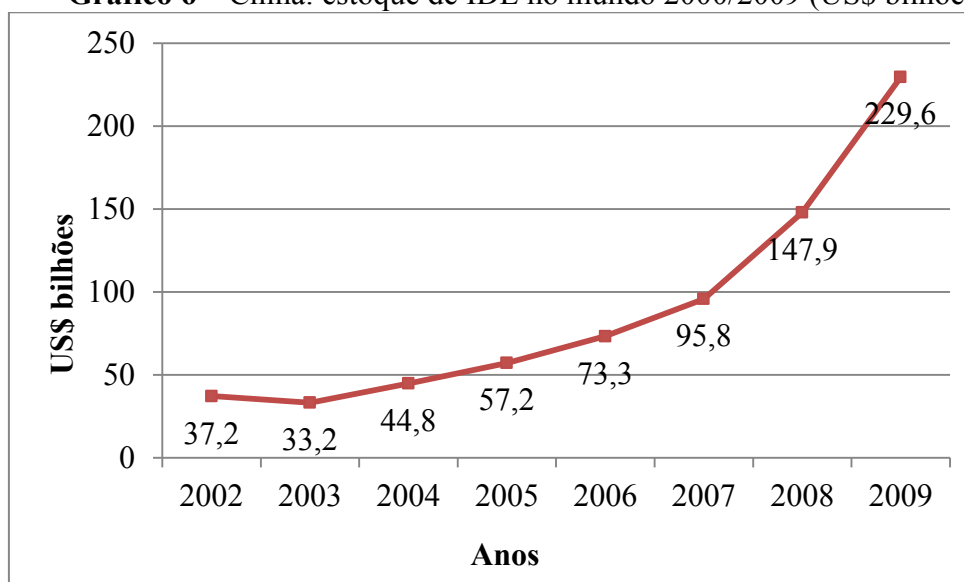
O ano de 2010 deve ser considerado como um marco da virada na relação da China com o Brasil, quando há uma clara decisão de participar da transformação do país em um player energético e grande parceiro comercial. No mesmo ano de 2010 três das gigantes estatais energéticas chinesas entraram no mercado comprando grandes empresas já instaladas. A Sinochem em maio de 2010 compra 40% da Statoil no Brasil por US\$ 3 bilhões, adquirindo participação no campo marítimo de Peregrino. Também em maio de 2010 a State Grid comprou 100% da Plena Transmissoras por US\$ 1,7 bilhões, adquirindo uma série de linhas de transmissão no Brasil, estratégia que se seguirá nos anos seguintes com novas compras de empresas instaladas no país. Em outubro de 2010 a Sinopec comprou por US\$ 7 bilhões 40% da Repsol no Brasil, o que também será seguido nos anos seguintes com novas compras de empresas instaladas no país. É claramente possível ver uma estratégia chinesa coordenada por trás de seus investimentos. Quando analisamos os investimentos chineses por setor até 2015, vemos que 73% estão na área energética, sendo seguido pela área de metais e mineração com 11%, os quais estão principalmente ligados à produção de aço (COLOMBINI, 2016, p. 53).

O aumento dos IDE chineses no Brasil estaria relacionado com a crise financeira mundial de 2008, a perda do dinamismo econômico nos países desenvolvidos fez crescer o interesse pelos países em desenvolvimento, com grupos chineses buscando, sobretudo, ampliar mercado e comprar os ativos das empresas locais. Outro fator que atrai os chineses é a crise no Brasil, que faz os ativos ficarem mais baratos e fez a moeda se desvalorizar. Como apontam os relatórios da CEBC (2013 e 2016) outro fator de relevante influência seria o mercado regional com a América Latina, pois o Brasil poderia ter o papel de plataforma produtiva, facilitando as relações com os demais países da região. (SOUZA, 2017)

Além dos IDE, como indica Souza (2017), os empréstimos chineses em poucos anos aumentaram muito para a América Latina, passando de US\$ 3,8 bilhões em 2012 para US\$12,9 bilhões em 2013 e US\$ 22,1 bilhões em 2014. Em 2015, os valores alcançariam os US\$ 29,1 bilhões, superando os repasses de organizações multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Neste processo, o Estado brasileiro se tornou um grande receptor de crédito dos bancos chineses, principalmente, para investimentos no setor energético voltado à produção de petróleo/gás e ao elétrico, a maior parte proveniente do Banco de Desenvolvimento da China, o restante do *China EximBank*. Segundo a autora, no ano de 2016, um marco na evolução da dependência financeira do Brasil para com a China, foram concedidos ao setor público nacional US\$ 15 bilhões dos US\$ 21,2 bilhões destinados à América Latina (72%)⁴

Alguns autores como Alcioly (2011) e Holland & Barbi (2010) demonstram que os investimentos diretos chineses no Brasil estão ligados ao fato de que os chineses buscam, sustentados por políticas agressivas de incentivos estatais, o aumento de seu poder no mercado mundial, sobretudo na posse de recursos naturais e ativos ligados principalmente ao setor energético. O gráfico a seguir demonstra o IDE crescente chinês pelo mundo entre 2002-2009 e, desde então, o movimento só aumentou:

Gráfico 6 – China: estoque de IDE no mundo 2000/2009 (US\$ bilhões)



Fonte: elaboração própria a partir de ACIOLY, 2011, p. 36

⁴ Ver dados no jornal *El País* (05/05/2017) em [\[http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/03/politica/1488550805_232189.html\]](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/03/politica/1488550805_232189.html), consultados em 14/04/2017.

Os principais motivos desses investimentos crescentes segundo Holland & Barbi (2010) é decorrente de uma estratégia geopolítica governamental chinesa que procura articular o controle dos recursos energéticos e alimentares nos países fornecedores, juntamente com a expansão das empresas chinesas já atuantes na região, sobretudo no setor tecnológico, ou seja, automobilístico, de informação e telecomunicações. Alguns pontos cruciais apontados por Holland & Barbi (2010) são demonstrados por Alcioly (2011):

1) Tentativa de garantir acesso as fontes de recursos naturais para manter o crescimento do PIB entre 7% e 10% ao ano. Nesse sentido, o governo elaborou uma política agressiva de investimentos externos do tipo *Resource Seeking* (orientado para recursos naturais), liderados por grandes empresas estatais. Além da garantia das fontes de alimentos e energia, a preocupação com a volatilidade dos preços das *commodities* também foi uma motivação para que as estatais buscassem controlar de forma direta as fontes de produção desses produtos. Nesse quadro a África, a América Latina e a Oceania passaram a receber mais IDE chinês; 2) Buscar maior competitividade para as firmas chinesas em virtude da entrada da China na OMC, pois isso representou uma maior abertura do mercado doméstico para as empresas estrangeiras, gerando uma elevação da concorrência e induzindo as firmas chinesas ao processo de conquistas de novos mercados; 3) Obter maior tecnologia para as firmas chinesas por meio de aquisição de empresas estrangeiras, notadamente nos países na Europa e Estados Unidos, que detenham uma base tecnológica avançada; 4) Aumentar a influência política da China no mundo, sobretudo na Ásia, por meio da realização dos investimentos (e dos fluxos de comércio) chineses no exterior. (ALCIOLY, 2011, págs. 36-37).

Scherer (2015), com a queda nos preços das *commodities* a partir de 2013, o Brasil deveria buscar oportunidade estratégica para estreitar a cooperação produtiva com a China, através de complementaridades produtivas. Nesse sentido, o aumento dos investimentos externos chineses em infraestrutura e nas cadeias produtivas de manufaturas seria importante, o próprio autor demonstra alguns dos pontos importantes:

a) a participação chinesa nos projetos de infraestrutura no Brasil; b) a absorção de investimentos diretos chineses visando à produção manufatureira no Brasil; c) a ampliação das exportações brasileiras de manufaturados e de serviços em direção à China e o fortalecimento do comércio internacional (SCHERER, 2015, p. 46).

Nesta direção, no ano de 2015 alguns acordos importantes para a relação bilateral foram assinados, entre eles o Novo Plano de Ação Conjunta para o período que vai de 2016 a 2021 e a ratificação do Acordo-Quadro para o Desenvolvimento do Investimento e

Cooperação em Capacidade Produtiva, entre o Ministério do Planejamento do Brasil e a Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Reforma da China (SCHERER, 2015, p. 47).

Os chineses apresentaram uma lista com mais de 50 projetos que interessam as suas empresas, a maior parte deles voltado para o setor de energia e infraestrutura. Por sua vez, o Brasil identificou alguns pontos nos quais os investimentos chineses seriam absorvidos, como mostra Scherer (2015):

a) **Infraestrutura e Logística** - é do interesse brasileiro a participação chinesa em projetos que envolvam a operação, a ampliação e o financiamento da infraestrutura nos setores ferroviário, metroviário, rodoviário, portuário e aeroportuário. Em especial nos setores ferroviário e metroviário destacam-se o interesse comum na construção da Ferrovia Bioceânica entre o Brasil e o Peru, a ampliação da participação chinesa na construção de equipamentos facilitadores da mobilidade urbana e a implantação de unidades produtoras de bens e de equipamentos para a ampliação da malha ferroviária e metroviária nacional; b) **Energia** - existe potencial para a ampliação da participação chinesa nos projetos do Programa de Investimentos em Energia Elétrica (PIEE), tanto na geração quanto na transmissão de energia. É de particular interesse a continuidade da implantação de linhas de transmissão a partir da Usina Hidroelétrica de Belo Monte. No âmbito da energia solar, o programa prevê oportunidades de investimentos na geração de até 3.000 MW até 2018, atividade na qual há expertise de empresas chinesas que vêm internacionalizando suas atividades. Na energia eólica, a produção de equipamentos em território brasileiro aparece como oportunidade; c) **Alimentos** - existe a necessidade de ampliar a exportação de produtos agroindustriais para a China e outros países. Existem oportunidades para ampliação de investimentos exportadores chineses, em especial nos setores de sucos (de laranja e outras frutas), carnes (bovina, suína, aves e do pescado) e de derivados de soja, inclusive óleo; d) **Petróleo e Gás** - existem oportunidades em toda a cadeia produtiva, inclusive na implantação de unidades produtoras de equipamentos. Também é do interesse brasileiro investimentos em novas refinarias de petróleo; e) **Siderurgia** - investimentos conjuntos para a produção de aço em território brasileiro, aproveitando a capacidade mineral do país; f) **Química e Petroquímica** - investimento em projetos de petroquímica, fertilizantes, além de inversões em ampliação da capacidade produtiva e inovação da química renovável; g) **Automotivo** - existe espaço para a instalação de novas empresas de automóveis chinesas no Brasil. A atração desse investimento chinês, à luz do Programa Inovar-Auto, deve focalizar projetos que comportem aquisição local de insumos estratégicos, gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e engenharia e eficiência energética; h) **Saúde** - é do interesse brasileiro investimentos no complexo industrial da saúde, que inclui equipamentos, *softwares*, soluções em telemedicina e sistemas digitais; i) **TICs e Eletrônica** - interesse em parcerias que viabilizem investimentos em produtos de maior valor agregado, com potencial para transferência de tecnologia. Oportunidades de investimentos para

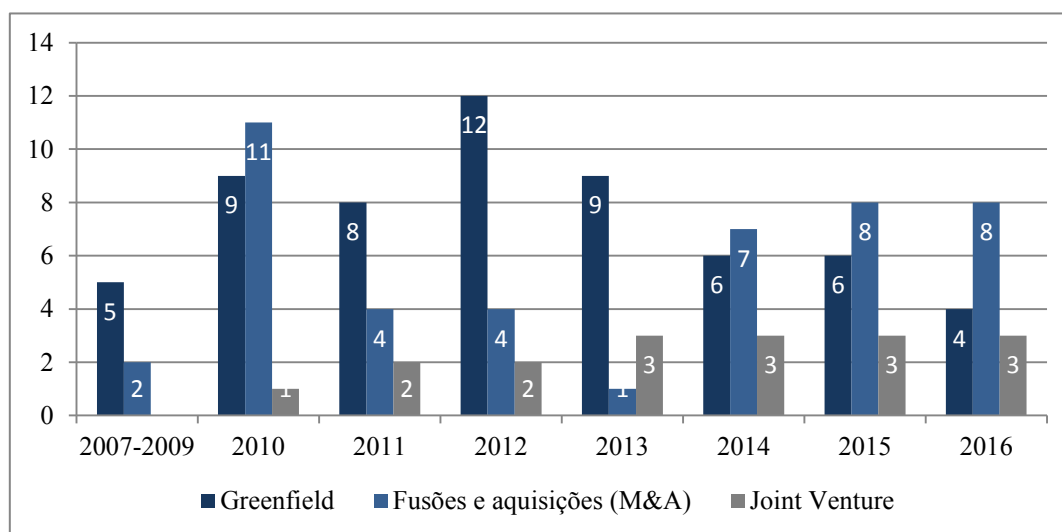
o desenvolvimento de componentes estratégicos (microeletrônica e *displays* essenciais para a cadeia de produção de *hardware* de tecnologia de informação e comunicação; bem como para o segmento de *software* e serviços de TI). É importante ampliar a produção de produtos eletrônicos de consumo em território brasileiro, tanto para o mercado doméstico quanto para exportação, para o que podem contribuir empresas chinesas já instaladas no país, como a Huawei e a Xiaomi (SCHERER, 2015, p. 47-48).

No mesmo ano de 2015, Brasil e China acordaram a criação de dois fundos a fim de identificar maneiras de viabilizar os acordos estipulados acima, um voltado a investimentos em infraestrutura no valor de 20 bilhões de dólares e outros 20 BI de uso livre, como aponta Scherer (2015). Além desses dois fundos criados, vale ressaltar que o fundo destinado a América Latina para investimentos em infraestrutura pelo Banco de Desenvolvimento da China, no valor de 20 BI, teve 72% dos valores voltados ao Brasil, como já dito anteriormente.

Na nova fase de investimentos (sobretudo a partir da segunda década dos anos 2000) a maneira principal identificada pelos chineses de investir em território nacional de forma direta é através de aquisições/fusões de grandes empresas que operam nos setores relevantes, se apossando assim, de uma produção já existente. A ideia desse apossamento é justamente não criar desconfiança no mercado em questão, pois a empresa já está em atuação, além de contornar dificuldades burocráticas relacionadas a se partir do nada.

A partir de 2009, os investimentos chineses no Brasil passaram a ocorrer em sua maior parte, de forma direta, como já dito anteriormente, segundo os dados da CEBC (2016), tais investimentos se consolidaram de três diferentes formas: Greenfields, Joint Venture e Fusões & Aquisições (M&A) e são realizadas por estatais chineses, estatais e empresas privadas, sendo o foco principal de investimentos o setor energético e elétrico, como demonstra o gráfico a seguir retirado da CEBC (2016):

Gráfico – Modo de entrada das empresas chinesas no Brasil e número de projetos



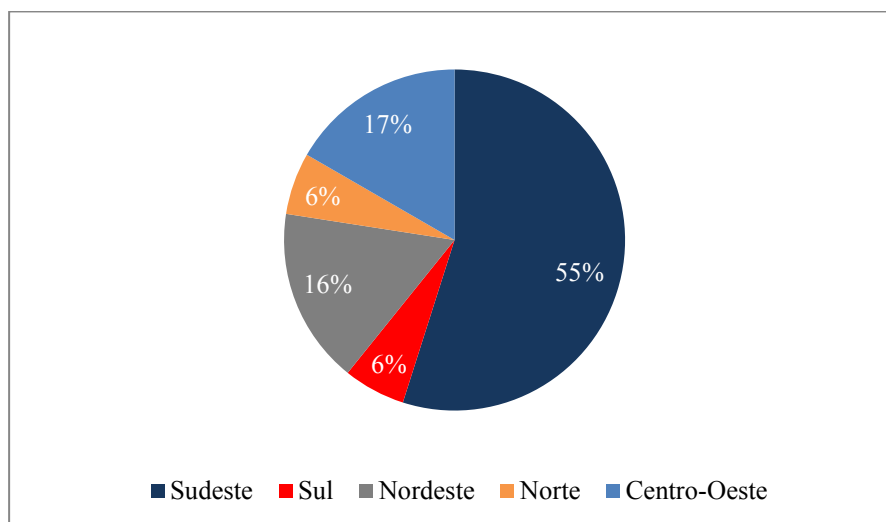
Fonte: elaboração própria a partir de CEBC, 2016, p. 14.

Nota-se que partir do ano de 2014, os projetos chineses para o Brasil têm mudado seu padrão de investimentos. Com exceção de 2010, a maior forma de ingresso ocorria via *greenfields*, o que se observa a partir de 2014 é o aumento dos investimentos diretos chineses no Brasil com preferência pelas fusões e aquisições, não propriamente por novas plantas produtivas, que podem vir a ocorrer, mas em princípio estão investindo no que já existia. Segundo relatório da CEBC (2016) o motivo da mudança na forma de ingresso reflete a nova fase de investimentos chineses que consiste na compra de ativos já em operação. As fusões e aquisições tem se mostrado a mais efetiva delas, uma vez que possibilita o controle de ativos já estabelecidos no mercado brasileiro. Dentre as transações, a que chama mais atenção é a aquisição de 54% das ações da CPFL pela estatal chinesa State Grid, os chineses são agora os acionistas controladores. Além de ser a transação de maior valor (cerca de 4 bilhões) está inserida dentro do setor energético, responsável pelo maior número de investimentos, 5 dos 16 listados.

Entre os anos de 2014 e 2015, segundo relatório da CEBC (2016), grande parte dos projetos foram direcionadas aos leilões públicos para a geração e transmissão de energia elétrica, com participação de grandes empresas chinesas como a State Grid e a China Three Gorges. Como já dito, o setor de energia foi líder em investimentos, seguido dos investimentos na área automotiva, de aviação, energia renovável, financeira, de máquinas e equipamentos e informática. É importante destacar que a maior parte dos investimentos

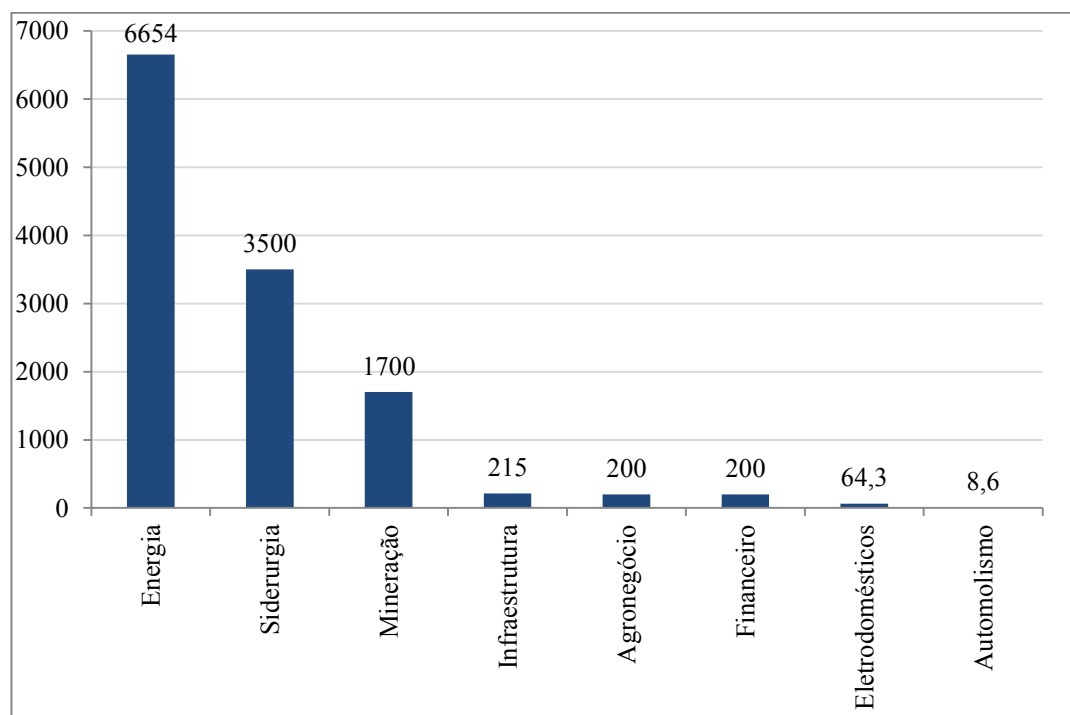
chineses foi realizada em áreas de concentração regional urbana-industrial/infraestrutural, como o Sudeste, e foi estabelecido segundo sua ordem de importância na área de investimentos, como demonstram os gráficos abaixo:

Gráfico 7 – Distribuição geográfica dos projetos anunciados em 2016 por região (%)



Fonte: elaboração própria a partir de CEBC, 2016, pág. 20.

Gráfico 8 – Distribuição setorial de projetos anunciados em 2016 (US\$ milhão)



Fonte: elaboração própria a partir de CEBC, 2016, pág. 19.

É possível observar que a maior parte dos investimentos está voltada para o setor de recursos naturais como energia, siderurgia e mineração, e seguido pelo de infraestrutura, direcionados ao setor público. Interessa muito aos chineses a área petroquímica, sobretudo, o pré-sal, que é vista como o foco atrativo de suas estatais. Além da relevância geopolítica do petróleo, somasse a necessidade dos recursos naturais, o pré-sal é visto como uma das novas zonas de captação desses recursos. A Petrobras desperta interesse pela tecnologia desenvolvida para perfuração e extração do óleo de difícil acesso.

Até o ano de 2015, 66% dos investimentos financeiros em energia foram feitos no setor petroquímico, com uma montante de aproximadamente 18 bilhões de dólares. As linhas de transmissão foram responsáveis por 23% desse total, com aproximadamente 6 bilhões de dólares. A importância da área e dos setores é tanta, que dos investimentos totais da China no Brasil, 48% foi destinado ao setor petroquímico e 17% as linhas de transmissões como demonstra Colombini (2016) e como destacamos até aqui.

3. CONCLUSÃO

Partindo do pressuposto de que os países desenvolvem funções divergentes frente às políticas macroeconômicas e internacionais, as relações tendem a ser mais perigosas ao Brasil. Até porque, como salienta Cabral (2009), o Brasil pode ser considerado uma megapotência energética e alimentar do mundo, mas a China hoje é simplesmente a fábrica mundial. Criticamente, Gonçalves (2012) aborda as relações de forma pessimista, classificando os governos Lula como nacional-desenvolvimentistas às avessas, ou seja, governos que acarretaram desindustrialização nacional, maior dependência tecnológica e vulnerabilidade externa, reprimarização da pauta de exportação, perda de competitividade internacional e regional e crescente vulnerabilidade financeira. Ao passo que os chineses não vinculam parte do seu crescimento com o Brasil, se beneficiando quando o mesmo cresce, passando a importar bens industriais chineses, de forma diferente, as políticas brasileiras dependem do crescimento induzido externamente para criar suas próprias dinâmicas de desenvolvimento. Tais fatos corroboram para o que Harvey (2004) classificou de novo imperialismo.

Em outras palavras, em períodos de crescimento econômico brasileiro, o país importa mais da China do que exporta para o mesmo destino. No período de crescimento global pós 2003, a China desempenhou um papel geopolítico estratégico, já

que suas importações elevaram de forma crescente. É a responsável por cobrir o déficit em transações correntes dos EUA, por alavancar o preço das *commodities* e, para o Brasil, esse depende cada vez mais das exportações de *commodities* para a China, ao mesmo tempo em que a importação de produtos industrializados chineses, favorecida pela política de valorização cambial, contribui, desde os anos 1990, com o processo de abertura da economia, para com a deflação dos preços (e à estabilização econômica). “Ou seja, o milagre do ‘fim’ da inflação no Brasil deve muito à Ásia, sendo que o crescimento da China ainda pressionou os preços das *commodities* favorecendo decisivamente o bom desempenho da economia nos governos Lula” (SOUZA, 2011, p.1). O problema, como já apontado, é que as exportações brasileiras para a China são majoritariamente de *commodities*, enquanto as exportações chinesas para o Brasil são diversificadas, concentrando-se no setor de maior valor agregado. Este fator é que vem sendo caracterizado por alguns autores, como Pereira (2014), de “reprimarização” da economia brasileira. O Brasil tem se especializado nos produtos menos processados, como a cadeia de soja e de minérios.

O texto buscou de maneira breve expor dados coletados na pesquisa. Buscamos identificar quais são as áreas que recebem os investimentos e os motivos dos investidores, uma vez que a China é o maior parceiro econômico brasileiro. Foi possível observar que a China passou de um país importador de *commodities* e exportador de manufatura para um investidor direto no Brasil, o que deve ser analisado com muita atenção, pois os interesses e os investimentos chineses e, portanto, a dependência brasileira só se amplia. As relações geopolíticas que englobam ambos os países merecem atenção especial, não só no âmbito regional, mas também em macro escala. Neste sentido, tendemos a concordar com Souza (2017), para quem, as relações Brasil-China parecem reeditar formas da dependência tradicional, sem destruir os ganhos industriais da fase da nova dependência (1955-1980), combinando:

a forma *velha*, dominante até os anos 1930, e a forma *nova*, desenvolvida a partir de meados dos anos 1950, como investimentos industriais no país da parte do capital estrangeiro. O problema maior no estreitamento das relações entre Brasil e China residiria no predomínio da primeira forma, contribuindo para o enfraquecimento do crescimento econômico puxado pela indústria de transformação mais sofisticada, com o estímulo das diretrizes principais da política macroeconômica. Assim sendo, a demanda asiática por *commodities* combinada ao par juros altos e câmbio valorizado teriam fomentado as importações e desmonte parcial das cadeias produtivas domésticas (SOUZA, 2017, p. 7).

No entanto, achamos que as relações com o país asiático podem passar por mudanças qualitativas e representar oportunidades de ganhos para o Brasil, não apenas mais dependência, ainda que este risco exista.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLY, L. (2011). China e Brasil: Oportunidades e desafios. In: R. P. LEÃO, E. C. PINTO, & L. ACIOLY, *China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos* (pp. 307-349). Brasília: IPEA.
- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BARBOSA, A. d. (2011). China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: R. P. LEÃO, E. C. PINTO, & L. ACIOLY, *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos* (pp. 269-302). Brasília: IPEA.
- BARCENA, A. Prólogo. In: ROSALES, O. et al (2012). *La República Popular China y América Latina y el Caribe. Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global*. Publicado no site da CEPAL. Disponível em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3070/S1200524_es.pdf?sequence=1, acesso em 11 de novembro de 2015.
- BECARD, D. S. (2009). Cooperação e comércio entre Brasil e China durante o governo Lula. In: H. A. OLIVEIRA, *China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios* (pp. 163-192). Curitiba: Juruá Editora
- BECARD, D. S. (Julho de 2010). Presença da China na América Latina: contribuição para o desenvolvimento da região. *Ciência & Letras*, 77-96.
- BEKERMAN, M. (Abril de 2013). Transformações recentes na economia chinesa: impactos sobre suas relações comerciais com a América Latina. *Revista Tempo do Mundo*, pp. 5-43.
- CABRAL, S. (2009). As relações comerciais entre Brasil e China de 1979 a 2008: lições de estratégia política e econômica. In: H. A. Oliveira, *China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios* (pp. 245-254). Curitiba: Juruá Editora.
- CANO, W.; Silva, A. L. G. Política industrial do governo Lula. Campinas: IE/Unicamp, Texto para Discussão, n.181, julho 2010. Disponível em http://horia.com.br/sites/default/files/documentos/texto181_politica_industrial.pdf
- CARNEIRO, R. Navegando a contravento (Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff), 2017. Campinas: IE-UNICAMP. [<http://www2.eco.unicamp.br:924/Publicacoes/textos-para-discussao>]. Consultado em 11/04/2018.
- CEBC (Conselho Empresarial Brasil-China). Investimentos chineses no Brasil (2013 e 2016). [<http://www.cebc.org.br/pt-br/projetos-e-pesquisas/investimentos-chineses-no-brasil>]. Consultado em 15/07/2018.
- CINTRA, M. R. *China na América Latina: suas estratégias, interesses e as implicações dessa aproximação sino-latino-americana no relacionamento triangular China-América Latina-EUA*. 2011. 16 f. Programa de mestrado em economia política internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.
- CINTRA, M. R. (Janeiro de 2015). Revista de economia política, vol. 35, nº1. *Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos*, pp. 28-42.
- COLOMBINI, I. . Dinâmica Capitalista dos Investimentos Chineses no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2016. 72 p.
- CONTI, B.; BLIKSTAD, N. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que queremos que sejamos e o que queremos ser. Campinas: IE-UNICAMP. [<http://www2.eco.unicamp.br:924/Publicacoes/textos-para-discussao>]. Consultado em 15/07/2018.
- CUNHA, I. J. (2008). *China: o passado e o futuro de um gigante*. Florianópolis: Visual Books.
- FERCHEN, M. (Novembro de 2011). Revista de sociologia e política. *As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?*, pp. 105-130.

- FIORI, J. L. *História, estratégia e desenvolvimento*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 31, p. 5-30, 2012.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HOLLAND, M. & BARBI, F. China na América Latina: uma análise da perspectiva dos investimentos diretos estrangeiros. FGV, Textos para Discussão nº 247. São Paulo: FGV. Março de 2010. 30 p.
- LEÃO, W. C. Prefácio, em Marco Antônio Macedo CINTRA *et al.* *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento* (Orgs.). Rio de Janeiro: IPEA, 2015.
- KISSINGER, H. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- MEDEIROS, C. A. *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2015.
- PEREIRA, L. V.. O efeito china nas exportações brasileiras em terceiros mercados: uma análise do *constant market share*. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, agosto de 2014. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3161/1/TD_2002.pdf, acesso em 08/11/2015.
- PINTO, E. C. (2011). O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades, comerciais, produtivas e financeiras. In: R. P. LEÃO, E. C. PINTO, & L. ACIOLY, *A china na nova configuração global: impactos políticos e econômicos* (pp. 19-78). Brasília: IPEA.
- SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais, 2017. Campinas: IE-UNICAMP [<http://www2.eco.unicamp.br:924/Publicacoes/textos-para-discussao>]. Consultado em 11/05/2018.
- SCHERER, A. A Nova Estratégia de Projeção Geoeconômica Chinesa e a Economia Brasileira. In *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.36, n.129, p.35-51, jul./dez. 2015.
- SOUZA, A. M. (2011). Desenvolvimento, expansionismo e integração regional. *Anais do I circuito de debates acadêmicos*.
- SOUZA, A. M. O novo imperialismo: território e finanças. In *Anais do 6º CIETA*. Disponível em: <http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo1/Angelita%20Matos%20Souza.pdf> acesso em 10/11/2015.
- SOUZA, A. M. Novíssima dependência e as relações Brasil-China. In 6º Encontro ABRI, 2017. Belo Horizonte, PUC-Minas. Disponível em: http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498862205_ARQUIVO_ABRI2017.pdf Consultado em 25/09/2017.